

## O VALOR NARRATIVO EM ARQUIVOS PESSOAIS COMPREENDIDO COMO “ESCRITA DE SI”

**Resumo:** Os titulares de Arquivos Pessoais formam os seus acervos pelas mais diversas motivações e essas são atreladas a valores que as justificam. O “valor narrativo” é um desses motivos que explicam por parte do titular a existência de acervos de caráter pessoal. Compreende-se que devido à impossibilidade de se preservar todos os documentos produzidos em vida, o titular de um arquivo realiza uma seleção que responda a imagem que ele deseja deixar sobre si a aqueles que irão ter acesso ao seu acervo. Logo, o titular realiza uma “escrita de si” e essa ação acontece nas fases de formação, seleção e disponibilização de seus documentos. O titular enquanto indivíduo social sofre influência da concepção que os sujeitos têm de si, logo o processo de subjetivação via “escrita de si” difere em diferentes épocas. Esse trabalho busca, portanto, contribuir com aqueles que se interessam em Arquivos Pessoais ao apresentar conceitos e teorias sobre a “escrita de si” que influenciarão a narrativa do titular do Arquivo Pessoal como um viés que explica o valor narrativo.

**Palavras-chave:** Escrita de si; arquivo pessoal; espaço autobiográfico.

**Augusto César Luiz Britto**  
Docente do Curso de  
Arquivologia da Universidade  
Federal de Santa Maria (UFSM).  
augusto\_britto@yahoo.com

**Analaura Corradi**  
Professora titular da  
Universidade da Amazônia  
corradi7@gmail.com

## THE NARRATIVE VALUE IN PERSONAL ARCHIVES UNDERSTOOD AS "WRITTEN BY YOU"

**Abstract:** The holders of Personal Files form their collections for the most diverse motivations and these are linked to the values that justify them. The "narrative value" is one of those reasons that explain the owner's existence of personal collections. It is understood that due to the impossibility of preserving all the documents produced in life, the holder of a Archive makes a selection that responds to the image that he wishes to leave upon himself to those who will have access to his collection. Therefore, the holder performs a "self-writing" and this action happens in the phases of training, selection and availability of their documents. The holder as a social individual suffers influence from the conception that the subjects have of themselves, so the process of subjectivation via "self-writing" differs in different epochs. This work therefore seeks to contribute to those who are interested in Personal Files presenting concepts and theories about "self writing" that will influence the narrative of the Personal File holder as a bias that explains the narrative value.

**Keywords:** Writing for you; personal archive; autobiographic space.

### 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, os Arquivos Pessoais estão recebendo uma atenção maior dos profissionais que neles atuam tanto no que se refere à questões técnicas de tratamento (recolhimento, arranjo, descrição e difusão) como à questões teóricas que os abarcam. Os autores definem e abordam os Arquivos Pessoais de várias maneiras, porém é consenso que

são produtos da acumulação de documentos realizada por um indivíduo em decorrência de suas atividades, como pode ser percebido na definição elaborada por Silveira (2013, p. 140):

Os arquivos pessoais são produzidos por um indivíduo como produto de suas atividades pessoais, profissionais ou ainda pelo ato de colecionar materiais de sua preferência. Estando ou não ligados diretamente à figura de seu titular, podendo reunir documentos em papel e/ou objetos variados. Diferenciam-se dos arquivos públicos, que são relacionados à rotina administrativa e jurídica de uma instituição, e, também, dos arquivos familiares, que nos remetem a arquivos formados por mais de uma pessoa, por vezes, repassados e organizados por mais de uma geração.

O conjunto desses documentos representa a trajetória do titular e por isso o fundo documental é restrito ao período em que ele esteve vivo. A acumulação de documentos por um titular de Arquivo Pessoal resulta das mais variadas motivações. Podemos elencar entre os principais estímulos para a formação de um acervo pessoal as seguintes razões: desejo por parte do titular de deixar um legado para futuras gerações; do titular se demarcar no mundo; vontade de relatar histórias pessoais, familiares e/ou da comunidade a qual pertence; sentimentalismo, nostalgia e/ou reflexão por parte do titular; medo de que a instituição na qual atuou perca os documentos que evidenciam sua contribuição profissional; apresentar a intimidade do titular; guardar os documentos para pesquisa acadêmica; e manter a resistência de um grupo ou de uma ideologia. Também podem ser mantidos devido ao que Artiéres (1998) denominou de “injunção social”, ou seja, os documentos são guardados para comprovar formalmente existência do indivíduo com o objetivo de usufruir direitos. Assim inúmeros outros motivos poderiam ser extensamente aqui listados, porém esses abrangem de forma significativa o universo das possibilidades.

Ao se analisar os motivos pelos quais um titular acumula seus documentos percebe-se valores intrínsecos que explicam não apenas a formação do acervo, mas também a maneira como foi organizado. Bass (2013, grifo nosso) classifica os valores<sup>1</sup> presentes em Arquivos Pessoais, detectados em seus estudos, de acordo com a literatura arquivística<sup>2</sup>, da seguinte maneira:

---

<sup>1</sup> Os valores detectados e classificados por Bass (2013) são atrelados às motivações de um titular de arquivo pessoal ao acumular os seus documentos. Neste sentido, não está se referenciando, por exemplo, a teoria dos valores de Schellenbeg e/ou da Macroavaliação de Terry Cook, entre outros princípios avaliativos.

<sup>2</sup> O autor também cita os valores que respondam o motivo de acumulação de documentos pessoais detectados mediante estudo de Personal Information Management (PIM), mas foram considerados apenas os valores arquivísticos suficientes para responder as indagações desse estudo.

Valor evidencial (probatório): documentos que registram funções, atividades e transações de pessoas. Valor informacional: documentos que fornecem informações sobre pessoas significativas e de uso potencial para pesquisa histórica e sociológica. **Valor narrativo: documentos envolvidos no processo de contar história e autobiografia.** Valor Social e Cultural: documentos que registram o caráter contemporâneo, a personalidade, a intimidade, as crenças e a espiritualidade dos indivíduos dentro da sociedade.

Abreu (2018) lembra que, apesar de ser possível identificar os valores dos documentos em Arquivos Pessoais, eles não possuem fronteiras tão bem definidas como ocorre com os documentos institucionais. Assim, mais de um valor poderá estar presente nos motivos de acumulação.

Independente de qual valor ou valores foram atribuídos pelo titular do acervo para a formação de seu Arquivo Pessoal, essa ação se procede subjetivamente. Ao contrário dos Arquivos Institucionais que contêm empecilhos legais e jurídicos que devem ser respeitados e que definirão quais documentos se perpetuarão, os titulares de Arquivos Pessoais possuem a liberdade de decidir quais documentos eles desejam manter (ASSIS, 2009).

Ressalta-se que no decorrer de nossas vidas produzimos e recebemos um volume considerável de documentos cuja custódia total é impossível. É nítido que o titular de um Arquivo Pessoal no decorrer da acumulação documental realiza uma seleção daquilo que ele julga importante ficar para a posterioridade.

Se considerarmos o “valor narrativo” elencado por Bass (2013), no qual os documentos são preservados para contar uma história pessoal, entende-se que o titular de Arquivo Pessoal durante a ação de selecionar documentos está elaborando uma “narrativa sobre si” que contempla concomitantemente uma “imagem sobre si” que ele deseja transmitir para aqueles que terão acesso aos seus documentos no futuro.

A “narrativa sobre si” elaborada pelo titular mediante o seu acervo é interpretada como uma “escrita de si” na qual o indivíduo compõe para se demarcar no mundo, elaborar marcos para a sua memória e/ou de se colocar perante os outros. A escrita de si em Arquivos não se procede mediante textos nos quais um autor reserva um tempo para escrever sobre a sua história, mas na preservação de documentos já existentes que o titular julgou importante manter e que irão compor um conjunto que forma o seu discurso narrativo. Assis (2009, p. 16) aborda os Arquivos Pessoais enquanto “escrita de si”:

Arquivos Pessoais podem ser percebidos como uma *escrita de si*: pessoas selecionam documentos – desde aqueles mais pessoais até aqueles relacionados à vida pública, passando por fotografias, objetos e correspondências – com o objetivo de compor relatos de suas histórias de vida. Os Arquivos pressupõem, portanto, registros e lembranças de vida íntima, da vida profissional e, no caso, dos políticos e homens públicos, da vida pública, das redes de convivência e solidariedade.

A “escrita de si” em Arquivos Pessoais age mediante “prática narrativa”, como Cox (2017) aponta, pois seus documentos no conjunto imprimem significados ao titular do acervo que só fazem sentidos quando manifestos. O autor explica que os itens selecionados são signos referentes que dependem de um narrador para fazer sentido e é por este motivo que os documentos pessoais, através da expressão pessoal, se tornam lugares de memória e reprodução cultural.

Nessa perspectiva, é importante compreender o que é e quais os elementos que abarcam a “escrita de si”, pois a assimilação desse fenômeno ajudará tanto profissionais da área que trabalham com Arquivos Pessoais como aqueles que utilizam esse tipo de fonte na realização de suas pesquisas para atingirem os seus objetivos.

Este artigo tem como intuito abordar sobre conceito de “escrita de si” trabalhado na área da literatura, história e filosofia, tendo como enfoque a sua materialização nos Arquivos Pessoais. Realizou-se, como metodologia de trabalho, portanto, uma revisão da literatura que abarcasse a “escrita de si” como objeto de pesquisa nas três áreas mencionadas acima. Em seguida, correlacionou-se a revisão de literatura sobre a escrita de si com conceitos e discussões acerca dos Arquivos Pessoais efetivada na última década no âmbito da arquivística. Interpreta-se que a acumulação de documentos pelo titular é motivada pelo valor narrativo, enunciado por Bass (2013), para que esteja presente a “escrita de si” no Arquivo Pessoal. Além disso, a percepção que o sujeito tem de si em diferentes épocas influencia a maneira de como serão formados os Arquivos e a narrativa intrínseca a eles.

Inicialmente serão expostos os aspectos conceituais sobre a escrita de si relacionados ao processo de subjetivação do sujeito. Em seguida será apresentada a história da “escrita de si” e sua relação com os diferentes conceitos de “individualidade” enquanto fenômeno social concomitantemente com as manifestações dessa ligação em Arquivos Pessoais. No quarto tópico serão demonstradas e discutidas categorias de escrita de si na atualidade. E, por fim, serão expostas as considerações finais sobre a escrita de si enquanto valor narrativo e como uma das motivações que o titular tem para preservar o seu Arquivo Pessoal.

## 2 A “ESCRITA DE SI” COMO PRODUTO DO PROCESSO DE SUBJETIVAÇÃO DO SUJEITO

O termo “escrita de si” é apresentado por Foucault (2004) em seus estudos sobre a constituição da subjetivação<sup>3</sup> dos indivíduos mediante as práticas que exercem. Para o autor, a subjetivação é um dos modos pelos quais os indivíduos se produzem e são produzidos em uma determinada cultura, através de determinadas práticas e discursos (FREITAS; SILVEIRAS; MASCIA, 2017). É um conjunto de experiências e técnicas que juntas se tornam um modo de vida que o sujeito utiliza para moldar a si mesmo.

A subjetivação estando atrelada a práticas cotidianas, ações essas utilizadas para objetivar o eu que fala, torna o indivíduo responsável pela sua própria existência.

A “escrita de si” é uma das práticas que os sujeitos se apropriam para realizar a subjetivação. Para Schons e Grigoletto (2008) a escrita é compreendida como uma cicatriz, ou seja, uma prática social que se articula entre o linguístico, o histórico, o ideológico e o inconsciente através do qual são representadas. A escrita elabora discursos que serão reconhecidos como autênticos e que serão transfigurados para a identidade do sujeito que escreve.

Como principal característica da “escrita de si” é a de que ela se constitui como “uma narrativa em primeira pessoa em que o autor/produtor é o narrador e cujas experiências, reais ou ficcionais, são relatadas como sendo uma representação de si e da realidade” (BATISTA; OLIVEIRA, 2017). Dessa maneira, englobam-se várias espécies<sup>4</sup> documentais enquanto escrita de si: desde as antigas missivas até as modernas redes sociais. O importante é ter a presença do “eu” no texto cuja matéria-prima é a própria vida do sujeito e seus itinerários (AQUINO, 2011).

Como efeito para aquele que redige uma “escrita de si” é a constituição de suas características pessoais e um “conhecimento sobre si” conquistado por intermédio da sensação de posse de um ponto fixo do seu passado. Além disso, Silveira e Ferreira (2013) comentam que a cada nova leitura sobre o seu passado, o autor deixa morrer o seu antigo eu para aflorar o eu que surge após o término de sua escrita.

---

<sup>3</sup> Para Touraine (2006, p. 166), o processo de subjetivação é “a construção, por parte do indivíduo ou do grupo, de si mesmo como sujeito”.

<sup>4</sup> Configuração que assume um documento de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas. Por sua vez, tipo documental é “a configuração que assume uma espécie documental de acordo com a atividade que a gerou” (CAMARGO; BELLOTTO, 1996).

A escrita de si também pode ser entendida como fenômeno memorialístico segundo o entendimento de Schons e Grigoletto (2008). Para as autoras, o sujeito, ao escrever sobre si, faz uma seleção, edita e estrutura discursos de contextos históricos diferentes em que viveu e que ressoam em lembranças e esquecimentos enquanto produtos. O próprio silêncio é portador de um discurso conotativo e se relaciona à memória daquele indivíduo.

O ato de rememorar faz com que o sujeito entre num processo de resignificação de si próprio. Os fatos em si, por terem acontecidos em momento anterior ao presente, não podem ser alterados, mas podem ser analisados. A maneira e a seleção do que foi narrado revela mais sobre o indivíduo da época na qual foi realizada a escrita do que o sujeito do período dos relatos (SILVA, 2018).

Nesse sentido, a escrita de si é uma representação, como nos dizeres de Cunha (2010), pois é impossível que ela produza memórias de forma “pura” onde os fatos serão acessados diretamente. É como uma máscara que acabou de ser forjada, nada parecida com as quais já existiam, como argumentam Silveira e Ferreira (2013), pois o ato de escrever tem uma parcela, mesmo que inconsciente, de invenção.

A própria consciência da existência de uma seleção no ato de narrar, quando pensamos em Arquivos Pessoais, coloca em evidência algumas teorias arquivísticas. O titular do Arquivo Pessoal, ao eleger quais documentos preservar, está realizando uma escrita de si e essa escolha acontece subjetivamente de acordo com os seus interesses.

Sendo assim, não existe neutralidade na formação de acervos pessoais. O documento não é inócuo, como lembra Le Goff (1990), ao explicar que os Arquivos comportam valores que afetarão a sua composição. O mesmo autor relata que os valores são oriundos de um “resultado de uma montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver” (LE GOFF, 1990, p. 547).

A própria Arquivologia enquanto ciência<sup>5</sup> nos anos 1960 percebeu, influenciada pelo “pensamento crítico” em voga nas ciências sociais e humanas no século XX<sup>6</sup>, que ela enquanto produto não condiz com a neutralidade enunciada em seus princípios e práticas.

---

<sup>5</sup> Neste estudo considerou-se a arquivologia como ciência de acordo com a argumentação de Mundet (1994). Para o autor, a história dos arquivos é dividida em dois grandes períodos: o período pré-arquivístico, correspondente a uma falta de pressupostos teóricos e à submissão a outras ciências e o período de desenvolvimento arquivístico, já com a teoria e o tratamento documental fundamentados e consolidados. O autor baseia-se no surgimento do primeiro princípio da ciência arquivística enunciado pelo francês Natalis de Wailly, em 1841, para fazer essa divisão.

<sup>6</sup> “A perspectiva crítica refere-se a um amplo movimento do pensamento nas várias ciências humanas e sociais. Sua postura epistemológica básica é a dúvida, a suspeição de que a realidade tenha uma existência nela mesma, e

Apesar da falta de neutralidade, o que importa é a articulação que o autor/produtor elabora ao escrever e/ou acumular documentos. Dessa maneira, foge-se de questionamentos sobre se é verdade ou mentira os relatos apresentados. O eu justifica sua narrativa pela introspecção do autor/produtor buscando, ao menos em tese, a sua sinceridade. Cox (2017) conclui que preservamos nossos próprios Arquivos por ser uma maneira que temos de estabelecer um retrato próximo do que acreditamos ser a “realidade”, mas não da verdade absoluta.

Araújo (2011) ressalta que a escrita de si não é um gênero específico contendo características que a definem, mas sim uma modalidade literária autobiográfica no qual o eu presente na fala do sujeito que escreve é objetivado. Para esse autor existem duas abordagens sobre essa modalidade: a primeira é a “específica” que consiste no projeto do sujeito de contar a própria vida e a segunda é a “dimensão subjetiva” onde o sujeito ao escrever fixa a experiência passada dando à sua vida um caráter narrativo.

Já Carrijó (2012) entende a escrita de si como um modo de enunciado concreto e único produzindo um tipo específico de linguagem e, por isso, classifica as escritas de si como gênero discursivo.

Como espécies documentais representativas de escrita de si em Arquivos Pessoais pode se enumerar as seguintes: carta, diário, agenda, narrativa, autobiografia, biografia, ficção, entrevista, confissões, relato, romance, blogs, redes sociais, fotografia, crônica, memória, auto-retrato, entre outros (KINLGER, 2006. CARRIJÓ, 2012. VELASCO, 2015; SILVA, 2018.). Essas espécies têm como elemento central o produtor e seu discurso no qual se privilegia a perspectiva que o mesmo tem de si.

Porém, as diferentes espécies de escrita de si se manifestaram de acordo com a concepção de sujeito/individualidade da época em que foram produzidas. O sujeito não vive isoladamente, e por isso deve ser analisado de acordo com a sua relação com a coletividade na qual se insere. O próximo item irá apresentar um histórico das escritas de si contextualizando

---

a ideia de que é o conflito, e não a integração, que estrutura a realidade humana [...] O desenho de uma Arquivologia crítica começou principalmente a partir de análises sobre os critérios utilizados pelos Arquivos e pelo revisionismo das práticas pós-Revolução Francesa” (ARAÚJO, 2013, p. 69). Entre os principais autores que contribuíram para o pensamento crítico na arquivologia podemos citar Bautier sobre a reordenação dos arquivos baseados em concepções ideológicas, a XVII Conférence Internationale des Tables Rondes des Archives – CITRA, que pautou o poder de posse dos documentos, Mattar, sobre o direito à informação como condição de cidadania em relação aos critérios de sigilo dos documentos de Estado, Jardim, em sua abordagem sobre a necessidade de transparência por parte do Estado, e Colombo ao analisar a obsessão das sociedades contemporâneas pelo arquivamento. Terry Cook é considerado o principal autor da perspectiva crítica da arquivologia quando enuncia que ela deveria problematizar a sua área na tentativa de superar visões positivadas. A expressão arquivística pós-moderna, cunhada por Cook, em 1994, resulta deste movimento crítico gerando um campo de reflexões sobre conceitos e práticas arquivísticas (ARAÚJO, 2013).

as diferentes concepções de sujeito que as influenciam e sua relação com os Arquivos Pessoais.

### 3 A “ESCRITA DE SI” COMO PRODUTO DO SUJEITO EM DIFERENTES MOMENTOS HISTÓRICOS E SUA RELAÇÃO COM OS ARQUIVOS PESSOAIS

Muito se associa o surgimento do “eu” na escrita ao período da Reforma e ao Romantismo, mas, como apontam Almeida e Martins (2011), essa prática consiste em uma das tradições mais antigas do Ocidente. Foucault (2004) remonta ao período da Antiguidade para abordar as primeiras espécies documentais que se constituem como “escrita de si”: as *hypomnêmatas* e as missivas. A seguir serão apresentadas as diferentes manifestações da escrita de si subdivididos em períodos históricos.

#### 3.1 ANTIGUIDADE

As *hypomnêmatas* eram documentos nos quais o indivíduo aglutinava suas anotações, citações, fragmentos de obras, reflexões de outros e/ou ações testemunhadas ou narradas. Oliveira (2015) comenta que o sujeito congregava, portanto, o “já dito” de outras pessoas que para ele fazia algum sentido e era importante ser preservado. A função desses documentos era a de se constituir como memória, material de reflexão e/ou fonte de informação sempre que necessário.

Percebe-se que as *hypomnêmatas*, por mais pessoal que essas escritas fossem, não se constituíam como narrativas autobiográficas como os diários, relatos ou narrativas, pois os fragmentos que a compunham eram de referências externas ao próprio autor. Dessa maneira, não eram confissões ou revelações do indizível que autor guarda em sua subjetividade, porém proporcionava a possibilidade de o sujeito-autor colocar como pauta a rotina de seus dias (CARRIJÓ, 2012; KINGLER, 2006).

As *hypomnematas*, enquanto produto cultural, respondiam ao contexto sociocultural no qual estavam inseridas. O “cuidar de si” era um dos princípios que norteavam a existência do sujeito na Antiguidade, a maneira de se preparar para a vida, e a referência estava pautada na tradição:

Os *hypomnêmatas* devem estar também novamente inseridos no contexto de uma tensão muito evidente na época: em uma cultura muito fortemente marcada pela tradicionalidade, pelo valor reconhecido do já dito, pela recorrência do discurso, pela prática ‘da citação’ sob a chancela da antiguidade e da autoridade se desenvolvia uma ética muito explicitamente orientada para o cuidado de si na direção de objetivos definidos como: recolher-se em si, atingir a si mesmo, viver consigo mesmo, bastar-se a si mesmo, aproveitar e gozar de si mesmo. Tal é o objetivo dos *hypomnêmatas*: fazer do recolhimento do logos fragmentário e transmitido pelo ensino, pela escuta ou pela leitura um meio para o estabelecimento de uma relação de si consigo mesmo tão adequada e perfeita quanto possível (FOUCAULT, 2004, p. 149).

A “formação de si” como meio de “cuidar de si” era estabelecida através de discursos que eram baseados em diversas fontes e reunidas pelo sujeito através das *hypomnematas*. Foucault (2004) elenca três razões que explicam a utilização das *hypomnematas* para fins de formação de si:

- Junção entre a leitura e a escrita: devido à impossibilidade de extrair tudo do próprio âmago é necessária a realização da leitura para a prática de si. Porém, não se pode apenas ler, pois corre-se o risco da dispersão de conteúdo com o acúmulo de material. A escrita intercalada com as leituras serve para fixar elementos com os quais o sujeito teve contato.
- As escolhas: os fragmentos selecionados que são fixados pelo sujeito são considerados verdadeiros para o mesmo e útil para as suas circunstâncias.
- Apropriação: o sujeito constitui um “corpo” de leitura que ele se apropriou e dela fez a sua verdade. O corpo se forma mediante a união de fragmentos heterogêneos de origem externas impulsionada pelo processo de subjetivação do sujeito.

A leitura, releitura e escrita das *hypomnematas* era uma maneira que o sujeito tinha para meditar sobre si como uma forma de exercício cujo fim era o “cuidar de si”. O conteúdo era considerado verdadeiro e apropriado numa condição que ficasse aderido à alma, ou seja, não eram apenas como uma simples narrativa sobre si e que serviam para responder lacunas de memórias.

Esse “governo de si” para Epprecht (2012) também servia tanto para tornar público os atos e reflexões das boas atitudes do sujeito como para evitar ações consideradas negativas, além de preparar o indivíduo para encarar o real. Era um adestramento voluntário nas palavras de Aquino (2011), onde o sujeito desfrutava da própria companhia e se defendia de qualquer assédio doutrinal ou religioso. O autor ainda fala que o “cuidar de si” via *hypomnemata* é uma

prática de autodomínio e autofortalecimento através de um processo de fabricação de si mesmo.

Profissionais que atuam em Arquivos Pessoais encontram como espécies documentais nos acervos anotações e/ou recortes que se assemelham a função dos *hypomnematas*. Esses não teriam a mesma função de “cuidar de si” que as *hypomnematas* têm, mas, dependendo do conteúdo, elas resultam de fragmentos ditos externamente ao titular do Arquivo e que, de alguma forma, faz sentido a ele.

Existe um dilema entre os arquivistas se esse tipo de documento deve ou não ser preservado, pois, a princípio, esses não são resultado de uma atividade específica do titular. Porém, a interpretação pode variar dependendo do ponto de vista ou do contexto de produção, já que a função de memorizar aquilo que foi ouvido ou lido pode ser considerada como uma função em si.

As anotações e recortes podem servir como fontes que subsidiarão a elaboração de outro documento e assim ser importante a sua guarda para entender como o titular chegou ao produto final. O que irá determinar o que deve ou não ser preservado e a forma de tratamento será a política institucional de entidades custodadoras de Arquivos Pessoais. Contudo, independente da política institucional, precisa-se prestar atenção para que a escrita de si mediante Arquivo Pessoal do titular não sofra alterações significativas em sua narrativa devido à exclusão de alguns documentos.

A ação de “cuidar de si” mediante a “escrita de si” também era realizada quando o sujeito se expressava a alguém. As missivas eram documentos em que o sujeito colocava suas ideias, experiências, angústias, impressões, desabafos ou simplesmente para atualizar as notícias sempre direcionadas a algum receptor. O “cuidar de si” acontecia no “dizer de si” (SILVA; MASCIA, 2012).

Segundo Freitas, Silveira e Mascia (2017), as missivas ofereciam exercícios pessoais atuando tanto no emissor quanto no destinatário. Esses documentos acarretavam não apenas o “cuidar de si”, mas também o “cuidar do outro”. Aquele que recebe uma missiva é influenciado pela escrita, pois essa possibilita a troca e um compartilhamento de experiências e vivências, proporcionando a ambos um crescimento e amadurecimento pessoal (SILVA; MOREIRA; 2016), além de ter a sensação da presença do remetente.

As missivas que eram enviadas para efeitos de aconselhamento ou ajuda constituem, segundo Kinlger (2006), uma espécie de “treino de si” para aquele que produzia. Os conselhos escritos para o correspondente são uma maneira de preparar a si mesmo para uma

eventualidade semelhante, ou seja, a missiva desempenha um papel de “reativação do sujeito” ao se dirigir a outro.

Foucault (2004) lembra que as missivas não são apenas “adestramento de si” mesmo pela escrita, pois escrever é “se mostrar”, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro. O autor não fica livre de comparações e julgamentos dos outros.

As missivas ou cartas são um dos principais documentos encontrados nos Arquivos Pessoais. É através delas que podemos analisar como o titular se relaciona com a família, colegas e com os amigos. Quais cartas devem-se perpetuar para a posterioridade, escolhidas pelo titular, no intuito de demonstrar de quais grupos sociais ele quer ser lembrado como integrante. Além disso, seus sentimentos que foram externados no passado e que se adéquam à imagem a qual ele está construindo no presente ficam bem delineados com a seleção criteriosa dessa espécie documental. As cartas, portanto, são substanciais para a elaboração da escrita de si em Arquivos.

### 3.2 MEDIEVO

No período da Idade Média, a vida era de teor público, o que eclipsava “individualismos”. Oliveira, ([201-], p. 4) relata que o cristianismo colaborou para esse cenário, pois “tratou de desqualificar os valores da vida privada, de modo que as relações de si para consigo foram reduzidos em sua significação”.

A concepção de ser do sujeito sofre algumas alterações nessa época. O ascetismo cristão exigia do sujeito o autoconhecimento, mas agora não mais como forma de “cuidar de si” e sim almejando “conhecer-se” através da “renúncia ao mundo e do desapego da carne” (KINLGER, 2006, p. 27). A subjetividade forjada estava relacionada à verdade daquele indivíduo. A autora comenta ainda que a confissão era o viés para a realização desse autoconhecimento, subsídio que transformaria o indivíduo puro em direção à transcendência divina.

O grande marco das escritas com a presença do eu do período medieval é a obra *As Confissões de Santo Agostino*. Esta inaugura o que Klinger (2006) denomina “autobiografia espiritual”, pois o autor apresenta a Deus o balanço de todos os seus atos, pensamentos e intenções que teve durante a sua vida. A busca de conhecimento percorrida por Agostinho é a maneira que ele tem de entender a si próprio, processo de reflexão de sua alma, dentro de um processo de ressignificação (SILVA, 2018).

O ato de “conhecer-se a si mesmo” era a maneira encontrada para renunciar a si próprio que era a condição da salvação da alma. Essa visão influencia até hoje a sociedade ocidental conforme argumenta Klinger (2006, p. 26):

A partir de então nossa moral, uma moral do ascetismo, não parou de dizer que o si é a instância que se pode rejeitar. Inclinando-nos, diz Foucault, em princípio, a considerar o cuidado de si como qualquer coisa suspeita, imoral, como uma forma de egoísmo em contradição com o interesse que é necessário ter em relação aos outros ou com o necessário sacrifício de si mesmo.

Os Arquivos Pessoais não são compostos por documentos apenas de atividades profissionais. Atividades beneficentes, recreativas, sociais, de lazer, esportivas, associativas, políticas entre outras geram documentos, e, caso sejam desempenhadas durante a vida do titular, devem ser salvaguardados.

É por essa razão que se encontra em vários Arquivos Pessoais documentos de caráter religioso, independente da atividade principal do titular. Se esses documentos foram preservados, o titular deseja apresentar a quem tiver acesso no futuro ao seu Arquivo esse seu lado espiritual.

Os documentos religiosos podem aparecer como evidência de uma simples prática da crença do titular ou podem ser resultado da ação de “conhecer a si” semelhante com o que ocorria na Idade Média. Nesses documentos poderão estar presentes as reflexões espirituais do titular cujo objetivo era o crescimento pessoal através da fé que o guiava. A escrita de si mediante documentos de caráter religioso apresenta resquícios da cultura cristã ocidental e é bastante significativa quanto à identidade de um sujeito.

### 3.3 IDADE MODERNA

Apesar das escritas de si serem práticas sociais desde a Antiguidade, o aumento vertiginoso dos relatos em primeira pessoa se procedeu no Renascimento e no Romantismo principalmente com o surgimento dos diários.

Nos séculos XVI e XVII, a percepção de Deus como centro do universo foi deslocada para o do Homem como refúgio da verdade humana. Baseado nos enunciados de Descartes, o interior do sujeito eram de onde se extraía as fontes morais do homem, ou seja, a razão se tornara o fundamento do “eu” (ARAÚJO, 2011).

Concomitantemente, a urbanização fez com que o sujeito se tornasse um indivíduo cidadão e conseqüentemente, como nos relata Ferreira ([201-], p. 4), ele adquire traços universais por pertencer a vários grupos sociais (profissional, religioso, familiar, entre outros).

A interioridade pessoal começava a ter um teor misterioso, pois o seu núcleo se processava dentro do privado (diferente do que se tinha até então em que o público era a regra). A memória individual ganhava espaço e tornava-se, portanto, legítima.

Os Arquivos Pessoais são acumulados e preservados na esfera privada do titular e, posteriormente, é que são colocados à disposição do público. Logo, uma personalidade não terá sua intimidade explorada imediatamente através dos Arquivos. Caso o titular ou seus herdeiros desejem que os documentos estejam disponíveis a consulta em algum momento isso ocorrerá, provavelmente numa idade avançada do titular ou, como geralmente ocorre, após o seu falecimento.

O Arquivo Pessoal funciona numa lógica diferente de uma matéria jornalística ou de uma biografia (enquanto o titular estiver vivo), pois depende da vontade do titular de disponibilizar a sua intimidade. Além do mais, o Arquivo Pessoal como escrita de si vai apresentar depois não apenas a intimidade do seu titular, mas também o ponto de vista do mesmo sobre si.

Os Ensaios de Montaigne, segundo Araújo (2011), foram a gênese da escrita de si como a conhecemos hoje e no qual a introspecção é o fio condutor da narrativa. Diferentemente do que ocorria na Idade Média, essa escrita de si não buscava ser um exemplo para os demais, mas o indivíduo queria ver como ele é, o que as suas reflexões significavam para ele e qual o uso que o sujeito fará deles. Montaigne, conforme os dizeres de Araújo (2011, p. 14), foi o primeiro a perceber que, ao mesmo tempo em que narrava a sua vida, o sujeito construía o seu eu suscitando características novas às escritas de si:

Os ensaios de Montaigne refletem isso: a escrita de si já não era mais um caminho para chegar a lugar algum, mas somente uma investigação que visava descobrir o que diferenciava o indivíduo dos demais. O foco mudou, então, de uma essência universal para uma análise das particularidades.

Posteriormente, ao publicar suas confissões, Rousseau apresentava a complexidade de sua personalidade em relação ao mundo exterior e se preocupava com a “sinceridade” presente no texto. O autor buscava ser reconhecido socialmente pelo leitor que julgaria se ele foi o não sincero em seu relato.

Kingler (2006) e Araújo (2011) explicam que a sinceridade de Rousseau está longe de ser confundida com a veracidade. A sinceridade funciona dentro da subjetividade e não de maneira universal como a verdade, logo a sinceridade como produto da memória escrita, seria uma forma de verdade do sujeito. Rousseau valorizava mais a interioridade, desde que fosse explanada de maneira sincera, do que as convenções sociais pautadas em verdades universais onde predominavam as aparências e encenações.

Um titular de Arquivo Pessoal, ao entender a importância que sua personalidade e/ou obra tem para a sociedade à qual pertence, pode preservar apenas documentos que condizem com uma imagem que ele julgue positiva, já que sabe que provavelmente seu acervo é ou será de interesse público. Assim, ao escrever sobre si mediante um Arquivo Pessoal, o titular não apenas reivindica ou garante o reconhecimento social, mas elabora um modelo de vida que deve ser seguido pelas futuras gerações. Em algumas situações, portanto, a opinião pública pode influenciar a acumulação documental de um Arquivo Pessoal.

Nesse período (pós-Idade Média), como citado anteriormente, os diários aparecem com maior frequência e com as características que conhecemos hoje. Eles são produto, conforme explicação de Macedo (2014), de um processo de individualização e afirmação de uma identidade autônoma e soberana, além da necessidade humana de se situar dentro do contexto sociocultural, o que condiz com a mudança de paradigmas do final da Idade Moderna.

O fenômeno do surgimento do diário esteve associado a pessoas de maior poder aquisitivo, a burguesia, que buscavam espaço e reconhecimento na sociedade. As mulheres eram as principais produtoras de diários, pois apesar das funções de autovigilância e autodisciplina que essas desempenhavam, o ato de escrever era um momento de autonomia e intimidade que elas detinham (MACEDO, 2014; MILAN, 2016).

Ao escrever um diário, o indivíduo ocupa-se de si mesmo ao expor seus sentimentos e pensamentos, pois ele acaba realizando um autoexame. É como se o diário tivesse um destinatário que seria ele próprio e a redação não precisa seguir regras formais, já que o autor é quem define como irá contar sobre a sua vida. Por esse motivo Silva e Moreira (2016) afirmam que “no diário encontra-se o espetáculo da interioridade”.

Mesmo com a liberdade redacional dos diários, Carrijo (2012) lembra que elementos mínimos geralmente são seguidos como o respeito pela ordem cronológica e a fidelidade no relato.

O diário apresenta relação com a “sinceridade” como preconizava Rousseau, pois o autor tem um compromisso com seus sonhos, pensamentos, perspectivas e sentimentos (SILVA; MOREIRA, 2016). Por esse motivo, é importante ressaltar que quem estuda essas fontes devem compreendê-las como produtos da criação de uma realidade, logo não necessariamente portadora da verdade. Além do mais, caso o diário tenha sido publicado em formato de livro esse sofre influências editoriais que não são obrigatoriamente escolhas do autor. O cruzamento com outros tipos de fonte é essencial para a melhor compreensão do que se está pesquisando.

A escrita dos diários é realizada tendo como base o movimento efetuado pelo sujeito entre a sua memória individual e memória social. Logo o leitor, ao se deparar com a narrativa do autor, entra em contato com a memória familiar, social, da linguagem e com os comportamentos de uma determinada época, pois a exterioridade influencia e é representada nos textos. (MILAN, 2016; SCHONS; GRIGOLETTO, 2008). Aspectos políticos, sociais e históricos estão presentes nas entrelinhas do relato e são apresentados, como argumentam Batista e Oliveira (2017), através do viés subjetivo daquele que redige. Os diários são, portanto, fontes substanciais para a memória coletiva.

O diário é o principal documento que exemplifica uma escrita de si via Arquivo Pessoal. Ele contém uma tônica memorialística e é produzido para o próprio autor, pois mesmo que o titular do Arquivo tenha consciência do valor intrínseco dos seus diários, ele geralmente não escreve para os outros. Os diários são documentos elaborados para responder a afirmação de uma individualidade autônoma e soberana (MACEDO, 2014).

Como o diário é produzido para si, ele não tem que responder a verdade dos acontecimentos. Dessa maneira, de acordo com Aníbal (2011), a história vivida pode não ser representada em sua totalidade na história escrita, pois ela resulta da vontade do titular do Arquivo. A escrita de si opera significativamente nos diários e dão tônica de todo o Arquivo Pessoal. São os diários que costumam demonstrar o verdadeiro eu do titular, mas esses não estão livres de interpretação.

Sobre essa questão, Svicero (2013) chama atenção para o que ele denomina de “feitiço dos Arquivos Pessoais”. Esse feitiço consiste na ilusão que os pesquisadores que se utilizam de Arquivos Pessoais possam ter de, ao ler os documentos, estarem em “contato imediato com o titular”. Como visto até então, os Arquivos Pessoais são produtos da subjetivação do titular e, por isso, eles devem ser, antes de tudo, interpretados.

## IDADE CONTEMPORÂNEA

A concepção sobre o sujeito sofre nova alteração com os enunciados de Nietzsche e da afirmação da corrente estruturalista. Kingler (2006) relata que Nietzsche opera a desconstrução da categoria do sujeito cartesiano que era pautado pela tradição da filosofia moderna e pela tradição cristã. Era a morte de Deus e do Homem no sujeito cujo eixo essencial era a interioridade.

A força do sujeito enquanto aquele que atua também é questionada por Nietzsche, pois para ele não existe anteriormente um ser determinante por trás de algo que será produzido. O agente por si só é uma ficção e esse ser ficcional irá realizar uma ação estabelecida externamente a ele, ou seja, a ação é que está no centro (KINGLER, 2008).

Essa desconstrução do sujeito acarretou na “morte do autor”, pois nessa perspectiva ele não é determinante para os rumos da narrativa. O indivíduo pertence a uma estrutura que é determinada a *priori* a narrativa. Assim, a escrita não oriunda de um autor (sujeito), mas resulta de um arranjo de palavras existente anteriormente na conjuntura em que o sujeito se insere. Almeida e Martins (2011) comentam que, por isso, um texto nunca seria original, pois o mesmo carrega marcas que são anteriores ao autor/produtor.

Esse paradigma foi consolidado pela corrente estruturalista. Barthes na obra *Roland Barthes por Roland Barthes* e Lacan no livro *O seminário* focam a linguagem e suas relações como deliberativo para a concepção do sujeito. O indivíduo resulta dos efeitos que a linguagem e suas relações proporcionam e, por isso, o autor, conforme as palavras de Ferrari (2015), não poderia mais ser configurado como uma categoria una e/ou central.

Porém, o autor não é totalmente descartado pelo seu caráter ficcional. Foucault compreende que, como explicado por Kingler (2006), o conceito de obra depende da existência do autor e esse enquanto elemento constituinte influência no resultado final. O autor logo desempenha uma “função” e é em torno da função que o autor existe para Foucault conforme explica Velasco (2015, p. 09):

A lacuna deixada pela morte do autor é preenchida, para Foucault, pela *função autor*. Para ele, o nome do autor exerce um papel em relação ao discurso, já que tem uma função classificatória. É em torno do nome do autor que se podem agrupar certos textos, delimitá-los, seja por meio de uma unidade estilística, por coerência teórica ou conceitual. O nome do autor em um texto indica que o discurso deve ser recebido de uma maneira definida, segundo determinada cultura.

Segundo essa concepção, os titulares de Arquivos Pessoais durante o processo de formação de seu acervo não seriam determinantes para o resultado final. O titular sofreria influências tanto da estrutura conjectural na qual está imerso como da linguagem a ser apresentada e, sobre a ingerência de ambas, é que o titular escolhe quais documentos preservar. Porém, para a formação do acervo pessoal é imprescindível que ocorra a ação do titular para a consolidação da narrativa desejada e, por essa razão, o titular de Arquivo se enquadraria na “função autor” conceituada por Foucault (2004).

O avanço da cultura de massa no século XX tem como um dos seus resultados o “sujeito midiático”. A imagem e atitudes do sujeito são valorizadas dentro desse novo contexto acarretando na importância de se saber quem está escrevendo, ou seja, ocorre o “retorno do autor” (FERRARI, 2015).

Porém, Kinlger (2006) chama a atenção de que o autor que retorna não é o mesmo que existia no estágio anterior, aquele que era detentor da verdade, e muito menos o autor continua sendo entendido como uma categoria de função. O sujeito que surge agora é um indivíduo “deslocado”, uma vez que o autor, na produção de uma escrita de si, encontra-se fragmentado e incompleto acarretando no constante processo de questionamento de sua identidade.

O sujeito anteriormente, como aborda Araújo (2011), no século XVIII, se caracterizava como um indivíduo centrado, unificado, consciente, racional e autossuficiente. Com as sociedades modernas, percebeu-se que o convívio com outras pessoas moldava o “eu” dos sujeitos. Porém, na contemporaneidade Hall (2001 apud ARAÚJO, 2011, p. 17), conclui que o sujeito assume diferentes identidades em momentos diferentes, não se processando, portanto, ao redor de um “eu” coerente.

É nesse sentido que se explica o surgimento das mais variadas espécies documentais em um único Arquivo Pessoal. O titular que guarda documentos de vários momentos de sua vida e das suas inúmeras atividades apresentará vários elementos que compõem o eu que narra.

Esses Arquivos ajudam a desconstruir a imagem pública que o titular tem com a sociedade. Os seus inúmeros “eu” ficam visíveis para aqueles que os desejem conhecer. Muitos podem estranhar a presença de documentos religiosos no Arquivo de um cientista ou documentos artísticos no Arquivo de algum político. Porém, os Arquivos dessas personalidades estão espelhando o sujeito deslocado da contemporaneidade com inúmeras identidades.

O sujeito contemporâneo, de acordo com Kingler (2006), responde a soma da “crítica do sujeito” e do “narcisismo midiático” das últimas décadas. A valorização de si é resultante de uma sociedade que cada vez mais enaltece o sujeito cujo privado ganha visibilidade pelas mídias, além da exploração daqueles indivíduos considerados célebres.

Esse sujeito midiático fez proliferar novas espécies documentais que invertem a lógica dos documentos tradicionais. Os blogs e as redes sociais, por exemplo, têm como uma das suas características a leitura instantânea e a interação com o usuário, diferentemente dos diários antigos que exigiam uma distância temporal para a realização da leitura por outros. A narrativa desses novos documentos enquanto escrita de si, portanto, objetiva a visibilidade do privado imediatamente.

O processo de subjetivação é constante para o sujeito midiático. Logo, os Arquivos Pessoais da era digital continuam a apresentar a manifestação da escrita de si, mesmo que a produção constante de documentos e a interferência de outros sujeitos se façam presentes.

As escritas de si, como produto desse novo sujeito, buscam ajustar o deslocamento momentâneo juntando os elementos fragmentados e formando um discurso referencial sobre si. Araújo (2011) chama atenção que qualquer tentativa de fixar o eu é ilusório, pois o mesmo na contemporaneidade encontra-se em constante mutação. O autor lembra a frase “Eu é um outro” de Rimbaud que simplifica esse entendimento. A seguir serão apresentadas as categorias de escrita de si na atualidade e sua interpretação por autores das áreas da literatura, história e filosofia.

#### **4 CATEGORIAS DE ESCRITAS DE SI NA ATUALIDADE**

É interessante verificar as considerações sobre as narrativas vivenciais enquanto escritas de si dentro da nova concepção de sujeito, pois nunca se presenciou um sucesso mercadológico de proporções colossais de memórias, autobiografias, testemunhos, blogs entre outros (KINGLER, 2008).

A autobiografia é compreendida como uma história ou biografia que a própria pessoa faz de si. Ela surge, conforme a abordagem de Ferrari (2015), no século XVIII quando emerge a noção de sujeito autoidêntico, consciente e exterior à linguagem. As autobiografias funcionariam como uma forma de autorreflexão que consolidaria o individualismo que estava se firmando como regra.

O individualismo gera a dicotomia entre as esferas público-privadas nas quais o privado relaciona-se a intimidade (geralmente tendo certo grau de segredo) do sujeito. A distância que a privacidade proporciona ao público gera uma curiosidade tornando as autobiografias enquanto escrita de si um campo de interesse:

É graças a essa distinção de ambientes que a escrita de si se torna tão requisitada ao apresentar a ambientação íntima do autor e, em consequência, a possibilidade de revelação dos mais secretos assuntos de sua vida particular. Afinal, essa nova construção narrativa, que tinha por objetivo apresentar a vida privada de grandes nomes da política, da intelectualidade ou das artes, trazia a ilusão de colocar o leitor diante do testemunho de uma consciência feliz, cuja 'vida real' era instituída por meio de textos cujas práticas obrigatórias muito tinham de autocriação (SILVA; MOREIRA; 2016, p. 08).

Ainda de acordo com Silva e Moreira (2016), as autobiografias alavancaram um interesse do público por terem como subsídios dois tipos de memória: as "clássicas", que narram os fatos importantes do indivíduo, e as "afetivas", que apresentam o mundo fraterno dos autores. Dessa maneira, os leitores teriam acesso a personagens do seu tempo, de seu contexto social não mais se limitando a textos místicos e teológicos com os seus ensinamentos morais.

Lejeune (2008, p. 14) define como autobiografia uma "narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade". Para esse autor, a autobiografia deve conter obrigatoriamente uma identidade onomástica entre o autor, o narrador e a pessoa de quem se fala. É apenas com essa relação de identidades que o autor atesta que sua vida está sendo contada de forma autêntica, pois protege o leitor da ficção que pode utilizar elementos autobiográficos para a construção de uma narrativa. Afirma-se assim um "pacto autobiográfico" entre o autor e o leitor.

Velasco (2015) explica o "pacto romanescos" como uma forma simétrica da teoria do pacto autobiográfico e, para ele acontecer, devem estar presentes dois aspectos: "prática patente de não identidade" que se caracteriza pela não correspondência do nome do autor e do personagem e o "atestado de ficcionalidade" que é quando a obra se classifica como romance. Existe também o "pacto fantasmático" que é quando o nome do autor na capa não coincide com o do personagem, mas a história é semelhante acarretando numa forma indireta de pacto autobiográfico.

Em relação aos Arquivos Pessoais, o titular é o produtor da maioria dos documentos contidos no acervo. Os documentos mais significativos como agendas, cartas e diários, ao

menos, são de autoria do titular. Não se deve esquecer que existem documentos cuja produção tem origem outra que não a do titular, como ofícios, memorandos, cartas (em resposta), convites, entre outros. Se fossemos considerar a “narrativa” oriunda da escrita de si mediante os Arquivos Pessoais, o pacto autobiográfico conceituado por Lejeune (2008) seria cumprido sem nenhuma objeção. O pacto romanesco, por exigir a não correspondência entre autor e aquele de quem se fala, e o pacto fantasmático, que por sua vez se caracteriza pela semelhança de histórias, são impossíveis dentro da realidade dos Arquivos.

O modelo proposto por Lejeune (2008) é bastante criticado por diversos autores da área da literatura. Considerando que o autor, ao escrever sobre si, está dentro de um processo de subjetivação e que, por esse motivo, ao término da obra, ele não é mais o mesmo sujeito que a iniciou, é impossível a existência do pacto autobiográfico. O autor poderá ter o mesmo nome do narrador e de quem se fala, mas eles em essência não são mais a mesma pessoa, já que a experiência vivencial não coincide com o produto artístico.

Em relação à verdade que estaria implícita ao pacto autobiográfico Silva e Moreira (2016, p. 16) abordam a impossibilidade de sua existência:

É possível entender que não há como exigir um pacto de verdade ao escrever sobre si mesmo, uma vez que a escrita autobiográfica não é apenas uma reprodução do passado, nem a apreensão fiel de acontecimentos vivenciados pelo autor, embora narrador e autor compartilhem o mesmo contexto.

Além disso, ao se narrar a sua própria história o autor faz uma triagem de fatos julga importantes propagar, tendo como fundo a sua interpretação dos acontecimentos, logo a verdade absoluta através de um pacto com o leitor não é viável. Como é lembrado por Coracini (2009), a narrativa pessoal pode ter casos omitidos, ter tido interferências inconscientes ou ainda ser produto do enquadramento social que certa época exigia de como representá-la.

A memória, portanto, utilizada para elaboração de uma autobiografia sofre inúmeras interferências e ela mesma, como explica Silva (2018), não é linear por ter como uma de suas características a fluidez. A memória não é fixa porque está diretamente ligada à forma como os eventos são lembrados e estruturados.

Além disso, acontecimentos, pessoas e lugares são elementos constitutivos da memória individual e que deslocam o sujeito. Bosi (1994, p. 415) denomina como “substância da memória” os pontos onde a significação da vida se concentra citando, entre as

possibilidades, mudanças, morte, tempo, família, formatura, casamento, espaços, objetos, política e outros.

Esses “elementos” ou “substância” da memória são refletidos como divisores num acervo pessoal. É comum os acervos serem divididos por períodos, locais onde o titular viveu ou de eventos significativos para o mesmo e que determinam o seu “eu” em diferentes épocas. A própria forma de escrever os documentos podem ter alterações significativas após o surgimento de uma “substância da memória” como nos dizeres de Bosi (1994).

Assim, um Arquivo Pessoal pode ter uma escrita de si com mais de um estilo inculcado pelo titular ou várias escritas de si dentro de um mesmo acervo que foram acumuladas em momentos diferentes e que juntas formam o Arquivo em si. Percebe-se que, no último caso, o conjunto de escritas de si por si só formam uma narrativa de si englobante do titular do Arquivo.

A autoficção, postulada por Kingler (2006) em sua tese de doutorado, é o conceito que vai responder a gama de espécies documentais qualificadas como escrita de si e presentes numa sociedade onde a cultura midiática predomina. Além dos documentos tradicionais, os blogs e as redes sociais aprofundam não apenas a necessidade em conhecer o íntimo do próximo, mas também de se expor para o outro.

Ao abordar sobre o conceito de autoficção conceituado por Kingler (2006), Epprecht (2012) relata que é a autoficção que atende o retorno do autor após as críticas recebidas pelos estruturalistas, porque relativiza o que é a realidade e a ficção. Assim, a autoficção atende tanto o desejo narcisista de falar de si como a inviabilidade de uma verdade na narrativa.

Como conceito, a autoficção é:

uma narrativa híbrida, ambivalente, na qual a ficção de si tem como referente o autor, mas não enquanto pessoa biográfica, e sim o autor como personagem construído discursivamente. Personagem que se exhibe ‘ao vivo’ no momento mesmo de construção do discurso, ao mesmo tempo indagando sobre a subjetividade e posicionando-se de forma crítica perante os seus modos de representação (KINGLER, 2006, p. 65).

O autor/produtor é compreendido não como um ser fixo que representará a integralidade de sua memória em seu texto. Pelo contrário, ele é um indivíduo em constante mutação e que irá se representar mediante uma versão que não condiz totalmente com o seu eu. É nesse ponto que é relativizado a realidade da ficção, pois não existe a pretensão da verdade em qualquer fase de produção da narrativa.

Em seu estudo, Klinger (2006) conclui, portanto, que o sujeito, ao realizar esse processo de construção de sua autobiografia, realiza uma “performance”. A seleção do que será relatado é sua forma não oriunda de algo extratexto (autor), pois a origem do ser que está sendo relatado ocorre quando o sujeito escreve e altera o sujeito real. Logo, não existe um ser originário do qual o autor se utilizou como fonte.

Nesse sentido é que Kingler (2006, p. 54) relata que “o sentido de uma vida não se descobre e depois se narra, mas se constrói na própria narração: o sujeito da psicanálise cria uma ficção de si”. A ficção elaborada pelo sujeito que narra não deve ser analisada se é verdadeira ou não, pois faz parte da performance do autor.

A autoficção compreende, portanto, que o autor resulta de uma construção que afeta tanto o ser narrado como aquele que redige. Kingler (2006) lembra que um artista de teatro na “dramatização de si” é um sujeito duplo, pois é, ao mesmo tempo, real e fictício, ou seja, é pessoa (ator) e personagem. Ambos surgem no momento da atuação, como na elaboração do sujeito na escrita de si, e são representados de acordo com a sua performance.

O conceito de autoficção e o entendimento de que o autor/produtor realiza uma “performance” em todas as fases de elaboração de sua narrativa é a que melhor enquadra os Arquivos Pessoais atuais como “escrita de si”. Os Arquivos, como qualquer outro objeto de estudo, é produto do seu tempo e é, portanto, influenciado pela carga cultural de sua época e espaço.

Os titulares de acervos como sujeitos sofrem o processo de resignificação durante o processo de acumulação e, principalmente, no ato de seleção do que deve ser preservado e posteriormente disponibilizado a consulta (diretamente ou via doação a uma instituição custodiadora). O titular enquanto sujeito remodela-se no final do processo, alterando, mesmo que minimamente, o seu entendimento sobre si.

Nesse sentido, entende-se que o titular do Arquivo Pessoal realiza uma “performance” no processo de disponibilização/doação do seu acervo. Os profissionais e pesquisadores que trabalham e/ou pesquisam com esse tipo de documento devem buscar compreender a “performance” que o titular desempenhou durante todo processo que o mesmo percorreu. Assim será possível um melhor entendimento do contexto tanto do titular enquanto sujeito como da produção narrativa dos documentos. Deve ficar claro que o titular era um sujeito durante a fase de acumulação, outro durante a seleção de documentos e por último após a disponibilização para o acesso público.

Um novo desafio aos profissionais e estudiosos de Arquivos Pessoais é em relação aos novos documentos que surgiram com a midiatização. A “performance” do titular para documentos como blogs e redes sociais, onde o privado está a vista constantemente, acontece a cada nova publicação, o que exige maior atenção aos interessados em estudá-los.

A classificação das variações de narrativas que constituem as autobiografias não se procede de forma simplória devido à ambiguidade existente nelas. Araújo (2011) expõe que a diferença entre as narrativas de ficção e as autobiográficas é analisada pela existência, no conteúdo ou no autor, de uma realidade.

Essa dificuldade se torna maior devido tanto à existência de inúmeros relatos fictícios que se utilizam de elementos autobiográficos. Outro elemento complicador é a “ilusão biográfica” quando consideramos que toda narrativa do “eu” é produto de uma seleção, enquadramento e, por fim, de uma ficcionalização realizada pelo sujeito (ARAÚJO, 2011).

Arfuch (2010) conclui sobre a impossibilidade de se distinguir a narrativa pessoal entre autobiografia e ficção. Para a autora, os diferentes tipos de escrita de si contêm uma afinidade pelo “valor biográfico” atribuído a eles e que acarretam a constituição de um espaço comum denominado “espaço autobiográfico” ou “constelação autobiográfica”. Esse espaço não seria uma simples reunião de textos com teor biográficos, mas uma junção de inúmeros gêneros<sup>7</sup> e formas literárias<sup>8</sup>.

Existe, portanto, um deslocamento de foco da questão sobre o gênero autobiográfico para o de espaço autobiográfico. Contudo, Arfuch (2010) ressalta que a diferença entre autobiografia e ficção pode ser percebida por intermédio do “horizonte de expectativas” de cada um.

Podemos considerar os Arquivos Pessoais como o melhor exemplo do que é um “espaço biográfico”. Nesses são encontradas inúmeras espécies documentais típicas desse tipo de Arquivo, como os diários, documentos administrativos, documentos de caráter religioso, de classe, político ou de qualquer outra natureza. Cada espécie documental tem o seu formato para a distribuição das informações e contém o seu “horizonte de expectativas” devido às diferentes funções que cada um possui. Além disso, cada um deles transparece o “eu” do titular do acervo de maneiras diversas devido ao seu valor biográfico. Os Arquivos Pessoais

---

<sup>7</sup> Os gêneros literários são compreendidos neste estudo como um conjunto que reúne obras que apresentam características análogas de forma e conteúdo. A classificação das obras literárias pode ser realizada de acordo com diferentes critérios. Entre os critérios utilizados podemos relacionar os seguintes: semânticos, sintáticos, fonológicos, formais, contextuais, entre outros.

<sup>8</sup> A forma literária, por sua vez, é compreendida como um texto que possui especificamente uma aparência, aspecto ou configuração por oposição ao conteúdo ou matéria significante que se comunica.

são, portanto, “espaço biográfico” por excelência e o estudo sobre o acervo e seu titular deve ser mediante o entendimento de “performance”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Arquivos Pessoais nas últimas décadas estão recebendo uma atenção maior tanto de profissionais que atuam com esse tipo de acervo quanto de estudiosos que utilizam suas fontes em busca de respostas nas indagações de suas pesquisas.

Este artigo pretendeu justamente colaborar com esses profissionais e estudiosos ao aprofundar a discussão de um tema que abrange os Arquivos Pessoais. Ao se perguntar como o valor narrativo, apontado por Bass (2013) e aprofundado nos estudos de Abreu (2018), como um dos motivos que justificam o titular a preservar os seus documentos, opera nos Arquivos Pessoais é que se chegou ao conhecimento sobre os conceitos e teorias da “escrita de si” oriundos principalmente da área da literatura.

Defende-se neste trabalho, que um titular de Arquivo por não poder guardar todos os documentos que recebeu e produziu no decorrer de sua vida irá necessariamente realizar uma seleção do que deve ser preservado. Os documentos escolhidos pelo titular nessa triagem irão responder a imagem que ele quer deixar sobre si para aqueles que terão acesso ao seu acervo, ou seja, durante a ação de selecionar quais documentos devem compor o seu Arquivo o titular está elaborando uma “escrita sobre si”.

A escrita de si, por ser determinante para a narrativa do titular, é influenciada pela concepção que se tinha sobre o sujeito nas diferentes épocas. Logo, a acumulação, seleção e disponibilização de documentos dos Arquivos Pessoais, conseqüentemente, também são influídas pelas diferentes noções que o indivíduo tinha de si.

Documentos como as *hypomnematas* e as missivas antigas são importantes para entender como o sujeito na Antiguidade e no Medievo sofria o processo de subjetivação. Além disso, é possível entender a origem de alguns elementos que se perpetuam até hoje nos Arquivos Pessoais modernos.

Os conceitos e teorias sobre o indivíduo enquanto autor/produtor de narrativas também são de suma importância para a compreensão de como o discurso pessoal é elaborado num Arquivo Pessoal. Assim, os conceitos de “função autor”, de Foucault (2004), “morte do sujeito” elaborado pelos estruturalistas, “pacto autobiográfico”, de Lejeune (2008), e “sujeito midiático”, de Klinger (2006), constituem como subsídios para interpretação não apenas do

sujeito, mas também o processo de subjetivação que influencia a formação do Arquivo Pessoal.

Compreende-se neste artigo que o titular de Arquivo Pessoal, enquanto produtor de documento que estrutura a sua narrativa sobre si, se aproxima dos enunciados de Klinger (2006) quando a autora defende que o sujeito realiza uma “performance” ao elaborar textos eivados de subjetividade.

O titular de Arquivo sofre influências externas que o afetam enquanto sujeito, ou seja, alguns elementos que ele impregnará em seus textos não se originam dele. O titular vive, portando, em processo de subjetivação e ao produzir a sua narrativa ele é impossibilitado de representar o seu “eu real”, pois esse, no final do processo, já foi alterado. Logo, o titular do Arquivo vive em constante performance durante a acumulação e seleção de seus documentos.

Não podemos esquecer que esse sujeito que realiza performance está inserido dentro do contexto midiático onde o privado desperta curiosidade e o sujeito sente a necessidade de se expor. Assim, os Arquivos recebem uma valorização significativa, pois é um meio de se ter acesso aos diferentes “eu” do titular. Porém não podemos esquecer-nos do perigo do “feitiço dos Arquivos Pessoais” explicado por Svicero (2013), pois o sujeito ali representado é fruto de um processo de subjetivação do titular. O titular do Arquivo não é um sujeito neutro ao formar o seu acervo.

Novos documentos estão surgindo para suprir essa necessidade humana de exposição de si, como os blogs e as redes sociais. Esses documentos devem ser entendidos dentro do contexto do “sujeito midiático” no qual se invertem alguns elementos dos documentos tradicionais, como abordado neste texto.

O Arquivo Pessoal enquanto lugar de “performance” do sujeito também é entendido como melhor exemplo de “espaço autobiográfico” conceituado por Arfuch (2010). As diferentes espécies documentais de Arquivos Pessoais contêm elementos e funções diversas uma das outras, mas o que as unem é o “valor biográfico” que todas têm. Assim, o Arquivo Pessoal enquanto “espaço autobiográfico” é um manancial (constelação autobiográfica) de fontes que se caracterizam como escrita de si.

Os outros motivos que levam os titulares a guardar o seu acervo pessoal, elencados por Abreu (2018), não devem ser esquecidos. Porém, ao se basear pelo valor narrativo, o conhecimento sobre o que é a “Escrita de si” é um viés para entendê-la. O tratamento técnico de Arquivos Pessoais pelos arquivistas e as pesquisas realizadas pelos estudiosos que se utilizam desses documentos se qualificam ao se fundamentarem pelos pressupostos teóricos

da escrita de si e, por isso, devem ter o seu estudo continuado. As considerações sobre escritas de si apresentadas, somadas às concepções do sujeito em diferentes épocas e sua repercussão nos Arquivos Pessoais atingem os objetivos deste artigo.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Jorge. **Existir em bits: arquivos pessoais nato-digitais e seus desafios à teoria arquivística**. São Paulo: ARQ-SP, 2018.

ALMEIDA, Catarina; MARTINS, Catarina. Diário de si. **European review of artistic studies**, Vila Real (Portugal), v. 2, n. 3, p. 25-41, 2011.

ANÍBAL, Alexandra. Vidas escritas: para uma tipologia dos documentos pessoais como fontes de uma sociologia à escla individual – o caso dos portefólios reflexivos de aprendizagens. **CIES e-Working Papers**, n. 117, p. 1-35, 2011. Disponível em: [https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3237/1/WP-CIES117\\_Anibal.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/3237/1/WP-CIES117_Anibal.pdf). Acesso em 18 set. 2018.

AQUINO, Júlio. A escrita como modo de vida: conexões e desdobramentos educacionais. **Educação e Pesquisa, São Paulo**, v. 37, n. 3, p. 641-656, 2011.

ARAÚJO, Carlos. Correntes teóricas da Arquivologia. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 61-82, 2013.

ARAÚJO, Pedro. **Trato desfeito: o revés autobiográfico na literatura contemporânea Brasileira**. 2011. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária e Literatura) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

ARFUCH, Leonor. **O espaço biográfico: dilemas de subjetividade contemporânea**. Tradução Paloma Vidal. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar-se: a propósito de certas práticas de autoarquivamento. *In*: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, JoËlle. HEYMANN, Luciana. **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ASSIS, Ailton. **Um lampião dentro da mala: o arquivo pessoal de Octávio Pacheco – memória e autobiografia**, 2009. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, 2009.

BARTHES, Roland. **Roland Barthes por Roland Barthes**. São Paulo: Cultrix, 1977.

BASS, Jordan. A PIM perspective: leveraging personal information management research in the archiving of personal digital records. **Archivaria**, Ottawa, n. 75, p. 49-76, 2013.

BATISTA, Christiane; OLIVEIRA, Paulo. A escrita de si: história e memória em diários de motocicleta. **Revista Entrelaces**, Fortaleza, v. 2, n. 9, p. 122-133, 2017.

BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli (org.). **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Núcleo Regional de São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

CORACINI, Maria José. **Escrita de si, assinatura e criatividade**. 2009. Disponível em: [http://nuted.ufrgs.br/oa/criativas/midiateca/modulo\\_1/Criatividade\\_na\\_perspectiva\\_de\\_Foucault.pdf](http://nuted.ufrgs.br/oa/criativas/midiateca/modulo_1/Criatividade_na_perspectiva_de_Foucault.pdf). Acesso em: 14 jan. 2019.

CARRIJO, Fabiana. No ensaio da ‘Escrita de Si’: a escritura rasurada de Carolina Maria de Jesus. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE LITERATURA AFROLATINA, 2012, Uberlândia/MG. **Anais [...]**. Uberlândia: EDUFU, 2012. p. 215-234.

COX, Richard. **Arquivos pessoais**: um novo campo profissional. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

CUNHA, Dayane. Deslocamento e memória na escrita de si: uma leitura de Varia Imaginación. **Darandina**, Juíz de Fora, v. 3, n. 2, p. 01-07, 2010.

EPPRECHT, Catharina. A imaginação na escrita de si: estudo a partir de Sérgio Sant’Anna. **Palimpsesto**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 14, p. 02-18, 2012.

FERRARI, Bruno. As escritas de si no cenário da literatura brasileira contemporânea. **Ianda**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 175-192, 2015.

FERREIRA, Jordan. **Não, não sou quem eu represento**: notas sobre a escrita de si. [201-]. Disponível em: <http://docslide.com.br/documents/notas-sobre-a-escrita-de-si.html>. Acesso em: 15 jan. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FREITAS, Andréia; SILVEIRA, Carlos; MASCIA, Márcia. O “ser-consigo” ao toque do clarim: educação, processo de subjetivação através das “escritas de si”. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, SP, v. 11, n. 2, p. 578-593, 2017.

KINLGER, Diana. **Escrita de si, escrita do outro**: autoficção e etnografia na narrativa Latino-Americana contemporânea. 2006. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

KINGLER, Diana. Escrita de si como performance. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, Niterói, n. 12, p. 11-30, 2008.

LACAN, Jacques. **O seminário**. Livro XI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MACEDO, Ana. Dos diários privados aos *blogs*: uma expressão temporalmente continuada de intimidade reflexa. *In*: ARAÚJO, Emilia Rodrigues *et al.* **Tempos sociais e o mundo contemporâneo** – as crises, as fases e as rupturas. Braga: Universidade do Minho, 2014. p. 44-54.

MILAN, Letícia. Escrita de si e diários: construções do gênero diante de paradigmas socioculturais. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 8, n. 15, p. 154-172, 2016.

MUNDET, José. **Manual de arquivística**. Madrid: FGSR, 1994.

OLIVEIRA, Bruno. A escrita de si: genealogia. **Revista Virtual das Letras**, Goiânia, v. 07, n. 1, jan./jul. 2015.

OLIVEIRA, Valeska. **A escrita como “cuidado de si” no espaço formativo da universidade**. Santa Maria, RS: UFSM, [201-].

SCHONS, Carme. GRIGOLETTO, Evandra. Escrita de si, memória e alteridade: uma análise em contraponto. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE ESTUDOS DO DISCURSO, 2008, Maringá. **Anais[...]**. Maringá: UEM, 2008. p. 407-417.

SILVA, Juriene; MASCIA, Márcia. Da referência do outro à escrita de si: o discurso sobre a morte como condição de ressignificação do sujeito na educação de jovens e adultos. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 3., 2012, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: USP, 2012. p. 02-12.

SILVA, Kaline. Autobiografia x escrita de si = autoescrita. **Revista Letras Rasas**, Campina Grande, v. 7, n. 1, p. 08-21, 2018.

SILVA, Sheila; MOREIRA, Maria. Escrita de si e espaço biográfico – Revisão teórico-crítica. **Memento**, Belo Horizonte, v. 07, n. 02, p. 01-19, 2016.

SILVEIRA, Marília; FERREIRA, Ligia. Escrita de si, escritas do mundo: um olhar clínico em direção à escrita. **Athenea digital**, Bellaterra (Espanha), v. 13, n. 3, p. 243-263, 2013.

SVICERO, Thais. Os arquivos pessoais e sua importância como patrimônio documental e cultural. **Revista História e Cultura**, Franca, v. 2, n. 1, p. 221-237, 2013.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma**: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

VELASCO, Tiago. Escritas de si contemporâneas: uma discussão conceitual. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC, 14., Belém. **Anais[...]**. Belém: UFPA, 2015. p. 01-12.